

# A tentação de Sieyès

- 8 FEV 1987

ANC  
pág. 11  
Wilson Figueiredo

**E**VITE-SE um grande esforço de raciocínio. Para expulsar esse medo político ancestral, que a identificação dos eleitos ainda não dissipou, basta respirar fundo e, em seguida, riscar Terceiro Estado, no discurso do abade Emmanuel Joseph Sieyès, lido e publicado em 1789, e escrever Constituinte. Estamos conversados.

"Que é (para o brasileiro médio) a Constituinte? Tudo. Que foi ela até agora? Nada. Que pretende ser? Alguma coisa." No discurso que tanto deu que falar em 1789, Sieyès botou pra quebrar o ancien régime. Sem essa providência era impraticável fundar outro.

No nosso caso muito particular, a questão não é apenas fazer uma nova constituição, e muito mais impedir que o Estado continue a ter razões que a constituição desconheça. Já é tempo de se reconhecer que o cidadão também precisa se atribuir alguma razão, e que a democracia faça alguma coisa por ele.

A História pode se dar o luxo de não se repetir, mas não consegue evitar plágios. Nem que se reaproveitem frases de efeito, mesmo sem a eficácia garantida pelas circunstâncias em que foram ditas. Uma imaginação criadora como a do abade Sieyès viria de encomenda para desatar o nó desta Constituinte que se sente reprimida pela desconfiança com que foi recebida. Fosse mais fundada a nossa convicção constitucional, e certamente alguém já teria se lembrado de propor a adoção de Sieyès como padroeiro da Constituinte 87.

De modo geral, os brasileiros esperavam que a Constituinte cumprisse o seu dever. Que constituísse, é óbvio. Para constituir com disposição de fazer história, e não retórica, esperavam que dessem duro com mão-de-obra exclusiva, em regime de tempo integral. Era explícito o sentido da exclusividade reclamada, mas o temor se reservou ao sentido oculto. Nada de monopólio. O eleitorado já fez 70 por cento da demolição, ao renovar nessa proporção sem precedente os seus representantes. Elegeu constituintes para fazerem exclusivamente uma nova Constituição, sem utilizar material de demolição. A grande diferença de idéias no Brasil por enquanto se resume à divergência sobre o que deva ser exclusividade. Tudo se passa, portanto, dentro da

relatividade, embora fora da respectiva teoria. O certo é que um eleitorado capaz de renovar 70 por cento não devia estar brincando no serviço constituinte.

O pessoal miúdo, eleitoralmente útil — esse anônimos contribuintes, inquilinos, prestamistas, encalacrados e inadimplentes, no geral e no particular —, pagou adiantado com o seu precioso voto na certeza de que a Constituinte faria de uma só vez tudo que ficou por fazer nos últimos dois anos. O cidadão não consegue dividir, porém, a sua atenção cívica entre duas novelas diferentes representadas ao vivo por um único elenco: o Congresso e a Constituinte, com os mesmos atores, dão ao brasileiro a impressão de que querem engrupi-lo. Ainda mais que as duas versões têm como diretor o mesmo Ulysses Guimarães.

Convenhamos que assembleias constituintes normalmente não se confundem com revoluções, por mais que ocasionalmente possam se parecer. A precedência é da revolução só quando não há outro jeito. Neste caso, elegem-se em seguida constituintes para botar ordem na casa. A exceção mais conhecida se registrou já vai para 200 anos: por gentileza, a revolução francesa deixou a constituinte passar-lhe à frente. Na verdade, a constituinte entrou de penetra na reunião dos Estados Gerais.

Cogitava-se de soluções muito diferentes, quando Luís XVI decidiu (depois de muita hesitação) convocar os Estados Gerais desativados há séculos. Ninguém pensava em Constituinte. Menos ainda em revolução. Quando se viu, já era tarde. Logo se verificou que a nobreza e o clero juntos não somavam votos suficientes para fazerem frente aos 1 mil 200 deputados do Terceiro Estado. Tudo era impasse, desde a véspera.

O Terceiro sentiu em si o borbulhar constituinte, mas quem recebeu o remédio adequado ao sintoma foi o abade Sieyès, que não era só deste mundo. Foi serviço completo: os deputados do Terceiro se proclamaram assembleia constituinte e se meteram a fazer a constituição por conta própria. Isto é, exclusivamente, sem o clero e a nobreza. Quando deram acordo de si, já estavam fazendo uma revolução e correndo atrás do prejuízo.

A rigor nada têm a ver, uma com a outra, a convocação dos Estados Gerais e a nossa repetitiva constituinte.

Exceto se a história reservar à nossa classe média a honra de ser a patronesse de uma nova relação política entre a sociedade de consumo e o Estado produtor. Ela estaria para nós como a burguesia para a França em 89. É pouco, contudo, para autorizar uma revolução, embora suficiente para uma boa constituição. Principalmente porque, em matéria de revoluções, a História dispensa com algum desdém os préstimos da classe média. E ainda espera a autocrítica da classe operária, que deu agora para pensar duas vezes e trilhar o caminho mais curto para chegar ao consumo conspícuo — isto é, reivindicar sem pretender assumir encargos de governo.

Enquanto os constituintes rascunham normas do futuro regimento em Brasília, sobra tempo para um pulinho à França de 1789. Não se pode perder a instalação da assembleia dos Estados Gerais no dia 4 de junho. Durante cinco semanas, Versalhes foi igualzinha a Brasília: conversa fiada. A nobreza e o clero puxavam com elegância para um lado, os burgueses estabandamente para o outro. Em Paris, faltava pão e todos tinham razão, pelo menos para reclamar. Panfletos corriam de mão em mão e a insatisfação subia de tom. O pessoal do Terceiro estava com a corda toda. O impasse se manteve arrogante até o dia 17. Aí então foi posta em votação a diabólica proposta para o Terceiro se separar dos outros dois e deliberar com exclusividade como assembleia constituinte. Um achado, a idéia do padre.

O sucesso foi fulminante. O pobre Luís XVI ainda tentou um golpe de autoridade: mandou esvaziar a sala de reuniões, a pretexto de prepará-la para a sessão oficial. O pessoal do Terceiro ficou na mão, mas constituintes de primeira viagem não se apertam. Dirigiram-se em bando, barulhento mas determinado, para a sala do jogo da péla, que ficava perto e teve por isso a honra de entrar para a História propriamente dita, fora dos anais esportivos.

A coisa estava esquentando. Aí o pessoal do Terceiro fez o juramento de não se separar antes de dar à França uma constituição. O golpe preventivo caiu no vazio, o clero e a nobreza caíram fora e o Terceiro Estado caiu em si. Ainda não era a revolução, mas — sem dúvida — já era a constituição. A ordem dos fatores não alterou o produto.